

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 514.542 - SP (2019/0164451-0)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO  
**ADVOGADO** : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO - SP366341  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIOGO PROENÇA DA SILVA (PRESO)

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO, DESCLASSIFICAÇÃO E REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENÁ. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO PERANTE A CORTE ESTADUAL. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA. INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL MANIFESTA. *Writ* não conhecido.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Diogo Proença da Silva**, em que se aponta como autoridade coatora a Oitava Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 0009874-37.2007.8.26.0269).

Consta dos autos que o Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Itapetininga/SP condenou o paciente, dentre outros, a 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de tráfico de drogas privilegiado e associação para o tráfico de drogas.

A defesa e a acusação interpuseram recursos. O Tribunal de Justiça negou provimento ao apelo defensivo e deu parcial provimento ao recurso do *Parquet* para redimensionar a pena do paciente para 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Neste *mandamus*, o impetrante alega insuficiência probatória em relação ao crime de associação para o tráfico de drogas.

Sustenta, ainda, que o paciente transportava a droga para consumo próprio, assim, a sua conduta deve ser desclassificada para aquela prevista no art. 28 da Lei de Drogas.

Menciona ainda a existência de ilegalidade na dosimetria e na fixação do regime prisional.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, inclusive em liminar, a absolvição do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006, a desclassificação da conduta prevista no art. 33, *caput*, para aquela elencada no art. 28, da mesma lei. Subsidiariamente, pugna pela aplicação da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado e a fixação de regime prisional menos gravoso. E, por último, a cassação do mandado de prisão, expedindo-se contramandado de prisão em favor do paciente.

A liminar foi por mim indeferida às fls. 147/148.

Solicitadas informações foram devidamente prestadas (fls. 154/155 e 181/184).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *mandamus* (fl. 421).

É o relatório.

No caso, o *writ* não merece ser conhecido. Isso porque, **diante das informações prestadas pelas instâncias de origem às fls. 154/155 e 181/184, verifica-se que a condenação do paciente já é definitiva. Inclusive, a defesa ingressou com o pedido de Revisão Criminal n. 0004432-38.2018.8.26.0000, tendo o Tribunal local, em 13/9/2018, à unanimidade, indeferido o pleito, tornando-se irrecorrível o acórdão.**

E não é outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Pessoa Lins, ao destacar em seu parecer que *os pleitos defensivos já foram analisados, não só em sede de apelação, como inclusive nos autos de revisão criminal, de modo a se fazer perceber se tratar a insurgência de reiterada insatisfação do paciente com a condenação que lhe foi imposta na origem* (fl. 421).

Além disso, chegar a conclusão diversa da proferida pela Corte de origem demandaria aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na estreita via do *habeas corpus*.

Pelo exposto, acolhendo a manifestação do Ministério Público Federal, **não conheço** do *writ*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

